

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MIRIAN DOS SANTOS
RAYANE PERGENTINO DA SILVA

**EXAME DE SUFICIÊNCIA: DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS NO ESTADO DE ALAGOAS DE 2011 A 2018.**

MACEIÓ
2022

MIRIAN DOS SANTOS
RAYANE PERGENTINO DA SILVA

**EXAME DE SUFICIÊNCIA: DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS DO ESTADO DE ALAGOAS DE 2011 A 2018.**

TCC apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Marluce Alves de Almeida Salgueiro.

MACEIÓ
2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237e

Santos, Mirian dos.

Exame de suficiência : desempenho das instituições públicas e privadas do estado de Alagoas de 2011 a 2018 / Mirian dos Santos, Rayane Pergentino da Silva. – 2022.
45 f. : il.

Orientadora: Marluce Alves de Almeida Salgueiro.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 44-45.

1. Exame de proficiência. 2. Matriz de competências. I. Silva, Rayane Pergentino da.
II. Título.

CDU: 378.046.4:657

MIRIAN DOS SANTOS
RAYANE PERGENTINO DA SILVA

**EXAME DE SUFICIÊNCIA: DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS DO ESTADO DE ALAGOAS DE 2011 A 2018.**

TCC apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 12/08/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Marluce Alves de A. Salgueiro (Orientador)

Universidade Federal de Alagoas

 Documento assinado digitalmente
VALDEMIR DA SILVA
Data: 14/08/2022 23:35:32-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^o. Valdemir da Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

 Documento assinado digitalmente
ERICA XAVIER DE SOUZA
Data: 14/08/2022 18:58:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Dra. Erica Xavier de Souza (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Maceió
2022

Agradecimentos

Aos nossos pais, colegas de estudos, professores, orientador (a) e a permissão divina.

RESUMO

Sendo o exercício profissional exercido sobre supervisão dos conselhos de contabilidade no âmbito federal e estadual, tais conselhos realizam anualmente uma prova que visa avaliar o nível de preparação dos egressos do curso de ciências contábeis para assim conferir-lhes o direito ao exercício legal da carreira de contador ou demais funções auxiliares que exige certo grau técnico de conhecimento. Perante a esta necessidade de avaliação, buscou-se neste estudo verificar se as matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis no estado de Alagoas se torna um fator primordial para aprovação no exame, visto que a taxa estadual de reprovação anualmente tem se mostrado bastante expressiva aos longos dos anos de 2011 a 2018. Contudo, por meio das análises, verticais e horizontais realizadas neste estudo constatou-se que mesmo as instituições que possuem uma distribuição de conteúdo similar ao exigido na prova do exame de suficiência em termos de proporção, estas também possuem um alto grau de reprovação. Concluiu-se, portanto, que mesmo com a existência de uma grade curricular mínima estipulada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, ainda não foi possível melhorar os níveis de aprovação dos estudantes formandos ou formados na área, uma vez que os fatores qualitativos que envolvem a vida estudantil do profissional durante a sua formação têm algo grau de influência sobre sua performance no exame.

Palavras-chave: Exame de suficiência. Avaliação. Matriz curricular.

ABSTRACT

As the professional practice is exercised under the supervision of accounting councils at the federal and state level, such councils annually carry out an exam that aims to assess the level of preparation of graduates of the accounting sciences course, in order to grant them the right to legally exercise the career of accounting or other auxiliary functions that require a certain degree of technical knowledge. Faced with this need for evaluation, we sought in this study to verify whether the curriculum matrices of accounting science courses in the state of Alagoas becomes a key factor for passing the exam, since the state failure rate annually has been quite expressive over the years from 2011 to 2018. However, through the vertical and horizontal analyzes carried out in this study, we found that even institutions that have a distribution of content similar to that required in the sufficiency exam in terms of proportion, they also have a high degree of disapproval. It was concluded, therefore, that even with the existence of a minimum curriculum stipulated by the Federal Accounting Council - CFC, it has not yet been possible to improve the approval levels of students graduating or trained in the area, since the qualitative factors that involve the professional's student life during their training have some degree of influence on their performance in the exam.

Key-words: Sufficiency exam. Evaluation. Curriculum matrix.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados das Regiões Brasileiras no Exame de Suficiência	23
Gráfico 2 – Tendência Linear de Aprovação.....	27
Gráfico 3 – Ranking de Aprovação.....	31
Gráfico 4 – Comparativo entre as proporções de questões no exame 2018.2 e Carga horária das IES.....	36
Gráfico 5 – Correlação da grade curricular x Percentual de aprovação.....	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados por Região no Exame de Suficiência entre os anos de 2011 a 2017.....	24
Quadro 2 – Total de Alunos Aprovados e Reprovados no Exame.....	25
Quadro 3 – Análise Horizontal.....	26
Quadro 4 – Inscritos por Instituição em 2018.....	29
Quadro 5 – Instituições de Ensino Superior x Resultados.....	31
Quadro 6 – Disciplinas Existentes nos Projetos Pedagógicos das IES	32
Quadro 7 – Distribuição de questões no caderno de provas do exame de suficiência de 2018.2.....	34
Quadro 8 – Carga Horária das IES em Atendimento das Áreas do Exame de Suficiência.....	35
Quadro 9 – Relação existente entre composição curricular e aprovação	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Problema.....	12
1.2. Hipóteses	12
1.3. Objetivos.....	13
1.4. Justificativa.....	12
1.1. Estrutura do Estudo.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. Breve Histórico do Curso de Ciências Contábeis no Estado de Alagoas.....	15
2.2. Importância do Exame de suficiência para o Exercício Legal da Profissão....	16
2.3. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis.....	17
3. METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	21
3.1. Procedimento de Coleta de Dados.....	22
4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA.....	24
4.1. Análise e Tratamento dos Dados.....	24
4.2.1 Análise dos Dados por Região – Período de 2011 a 2018.....	24
4.2.2 Desempenho Estadual.....	26
4.2. Discussão e Resultado da Análise.....	29
4.3. Correlações existentes entre a composição curricular do exame de suficiência x carga horária curricular (CH) das IES.....	33
4.4. Relação existente entre composição curricular e aprovação.....	37
5. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem relação intrínseca ao início da civilização, surge para atender as necessidades do homem em manter e controlar seus bens, alguns teóricos afirmam que sua existência tem cerca de 4.000 antes de Cristo, quando o homem realizava as primeiras contabilizações de seus rebanhos de ovelhas utilizando-se de pedras para simbolização dos animais (Barros e Cavalcante, 2018, p. 15), à medida que as riquezas aumentam à necessidade do controle torna-se mais relevante, forçando o aprimoramento do critério de registro da escrituração contábil buscando evidenciar com maior nível de detalhe o patrimonial do indivíduo ou de sua família.

A literatura revela que os primeiros registros completos sobre contabilidade foram encontrados em arquivos municipais na cidade de Gênova na Itália no ano de 1340, porém, existem históricos anteriores referentes aos anos de 1299 e 1300 na França. No entanto, a primeira publicação relacionada ao assunto deu-se em Veneza em 1494 por Luca Pacioli, um frei Italiano, estudante e professor de Matemática na Universidade de Roma, que escreveu o livro intitulado *Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá*, que incluía um sistema de escrituração de partidas dobradas denominadas *Particularis de Computis et Scripturis* que foi o primeiro material divulgado que descrevia o método das partidas dobradas baseado em lançamentos contábeis (HENRILKSEN e ELDON, 2012 *apud* RICADI 2018).

A abertura de novas rotas de comércio, a ampliação dos centros comerciais e o início da revolução industrial desencadeou a evolução da contabilidade. Com o aumento da demanda por conhecimento revelou-se a necessidade de um centro de estudos na área e em meados do século XV surgiu a primeira escola contista, que se preocupava com o processo de escrituração e as técnicas de registro (SANTOS ET AL, 2007 *APUD* BARROS E CAVALCANTE, 2018).

Partindo do pressuposto de que a missão das instituições de ensino é capacitar o aluno para o mercado de trabalho e que os alunos do curso de ciências contábeis mesmo após terem concluído a graduação, só poderão exercer a carreira profissional se estiverem habilitados pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), órgão de classe que regulamenta a categoria profissional dos contadores no Brasil, a

missão da Instituição de Ensino (IE), somente será concluída com a colação de grau do discente.

Como nem todos os egressos do curso vão exercer a profissão para qual foram instruídos, o resultado do exame de suficiência ao longo dos anos somente será de interesse da IE para acompanhar o resultado daqueles que prestarão a referida prova para verificar os índices de reprovação e aprovação e com base nesses resultados, com recorrência semestral, buscar aperfeiçoar os métodos de ensino de modo que melhor possam preparar os alunos para enfrentarem esse desafio regulamentado pelo conselho de classe e obter como resultado a aprovação que os permite adentrar no mercado de trabalho.

Nesse contexto vale destacar que, conforme citado na obra elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, *Exame de Suficiência: Uma Abordagem Histórica* (2007), o exame passou a ser obrigatório para o exercício da profissão, desde a sua instituição dada pela Resolução nº 853/1999 e, se tornou pré-requisito para a obtenção de registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade, objetivando validar o conhecimento dos egressos do curso de Ciências Contábeis acerca do aprendizado ao longo da vivência acadêmica frente a necessidade do mercado.

Neste mesmo trabalho o Conselho Federal de Contabilidade também mostra que em meados de 2004 o exame foi revogado através da resolução nº 853/1999 devido a inconstitucionalidade, contudo, no ano de 2010, o exame passa a ser obrigatório com a aprovação da Lei nº 12.249/2010, que alterou os Decretos-Leis nº 9.295/1946 e 1.040/1969, contribuindo sob a luz da legalidade para que ocorra a formação de profissional contábil confiável no plano nacional e internacional.

A base de dados para embasar essa pesquisa foi coletada dos relatórios emitidos pelo próprio Conselho Federal de Contabilidade – CFC, órgão este responsável por aplicar e controlar o exame de suficiência contábil do país, levando em consideração informações do período de 2011 a 2018 de cada estado e nos sites das instituições de ensino superior que estão no campo de análise. Para uma avaliação em termos do nível de instituição acadêmica, utilizaremos o ano de 2018 como parâmetro, extraindo de um banco de dados informações semestrais, por ser este o ano mais recente no período de estudo.

1.1 PROBLEMA

A ideia de desenvolver um estudo nessa linha de pesquisa foi motivada pela necessidade de responder entre as tantas perguntas a serem averiguadas, o seguinte problema:

- Será que as instituições de ensino superior do estado de Alagoas estão ministrando adequadamente os conhecimentos teóricos e práticos necessários à aprovação dos estudantes de ciências contábeis no exame de suficiência?

1.2 HIPÓTESES

Para confirmar o resultado da pesquisa resolvemos testar duas hipóteses que ao longo do desenvolvimento do estudo e da análise dos dados coletados pretende validar ou negar as seguintes proposições:

- **Hipótese 1: Influência da grade curricular de ensino.**

As instituições de ensino com uma grade curricular acadêmica mais ajustada a proporção de abordagens de conteúdos no exame de suficiência, tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico do qual, a carga horária, assuntos abordados e atividades acadêmicas internas de caráter complementar (Palestras, cursos, extensões), colaboram para uma melhor integração do aluno a área e maior familiaridade com os tópicos que integram o exame de suficiência.

- **Hipóteses 2: Influência de aspectos qualitativos**

Por outro lado, não há como alegar que os aspectos contidos na matriz curricular do curso são circunstâncias essenciais para confirmar que a instituição de ensino tem capacidade técnica suficiente para conduzir o aluno a aprovação no exame do conselho de classe, visto que, aspectos qualitativos como metodologia de ensino do docente e engajamento do aluno com o curso (horas de estudos, desempenho

individual extra classe) são fatores qualitativos extrínsecos a performance da instituição.

1.3 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral:

Analisar o desempenho das instituições de ensino superior do estado de Alagoas nos resultados obtidos pelos egressos do curso de contabilidade no exame de suficiência exigido para o exercício da profissão.

1.4.2 Específicos:

- a) Analisar o percentual de aprovação ao longo dos anos de 2011 a 2018 para compreender a média de aprovação, comportamento e tendência do estado perante o exame de suficiência;
- b) Identificar o ranking de aprovação das instituições de ensino superior no estado;
- c) Confrontar as 3 instituições com melhor desempenho no exame de suficiência fazendo um confronto entre índice de correlação da grade curricular e percentual de aprovação destas IES.

1.5 JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de aprovação no exame de suficiência para o exercício legal da profissão de contador e partindo da premissa que no meio acadêmico há sempre a confrontação entre a qualidade do ensino público e privado, entende-se que a avaliação do grau de aprovação no exame de suficiência pelas instituições de ensino do Estado de Alagoas servirão como instrumento de apoio para o ajuste dos projetos políticos pedagógicos nos cursos de graduação, visando aprimorar os conhecimentos dos futuros profissionais para exercer com competências as funções delegadas pela lei de regência da classe contábil.

Considerou-se o fato que o investimento realizado e os esforços colocados à disposição da formação de novos profissionais se tornam inválidos até que o discente obtenha seu registro profissional, destacamos aqui, a necessidade de uma importante

contribuição a ser feita ao ambiente acadêmico da Universidade Federal de Alagoas e demais instituições de ensino do Estado, inicialmente com o propósito de apresentar dados e análises concretas a respeito do tema e em seguida, apontar fatos importantes a serem vistos e analisados por estas instituições e, porque não também, pelos estudantes, já que estes são os mais interessados e preocupados em relação ao exame e sua colocação profissional no mercado.

1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

O trabalho monográfico será estruturado em 5 seções. No capítulo 1 deste estudo, identificou-se as informações que norteiam o estudo, tais como: Objetivos, hipóteses, justificativa e problema, inserido na introdução.

O capítulo 2 compreende o referencial teórico e revisará a bibliografia escrita para apoiar a realização da pesquisa através de três subcapítulos a saber: 2.1 – Breve Histórico do Curso de Ciências Contábeis no Estado de Alagoas; 2.2 - Importância do Exame de suficiência para o Exercício Legal da Profissão e 2.3 - Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis

Reservou-se o capítulo 3 para apresentar a metodologia que será aplicada ao estudo explicando as técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados obtidos através do site do Conselho Federal de Contabilidade e das instituições de ensino superior. No capítulo 4, os dados coletados serão organizados, tabulados e submetidos a tratamentos estatísticos visando apresentar os resultados da análise que atendam ao objetivo geral e responda à questão problema desta investigação e, finalmente no capítulo 5 serão expostas as conclusões finais do trabalho e as recomendações para futuras investigações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ESTADO DE ALAGOAS

Os primeiros registros contábeis no Estado de Alagoas reportam-se as movimentações legais da empresa Companhia de Óleos Vegetais no ano de 1902. Os escritos bibliográficos datados de 14 de abril de 1916, revelam que a Escola Comercial de Alagoas (ETCAL - Escola Técnica do Comércio de Alagoas), foi a primeira escola oficial em Alagoas (BARROS & CAVALCANTE, 2018). Atualmente, esses documentos ficam sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGA, localizado na Rua do Sol, 382, no centro da cidade de Maceió.

Já o ensino superior no Estado, foi autorizado pelo Decreto Lei nº 7988, de 22 de setembro de 1945 (43 anos após os primeiros registros contábeis), sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, que trata do ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e atuariais, tornando regular a oferta do curso em todos os Estados do território nacional (BARROS & CAVALCANTE, 2018). Conforme dispõe o referido Decreto-Lei, inicialmente o curso foi criado para ser ministrado em 04 (quatro) anos, sendo este subdividido por séries. Entretanto, o primeiro curso de bacharelado em Alagoas só foi aprovado em agosto de 1963 e teve início em março de 1964 na Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Vale destacar que anterior a criação do curso de ciências contábeis no país, os profissionais que já atuavam com esta atividade eram formados pelo curso de nível técnico de atuário, realizado em três anos, instituído pelo Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, sendo este extinto pelo Decreto Lei nº 7988, de 22 de setembro de 1945 que introduziu o ensino superior no país nesta área de conhecimento.

Nas duas últimas décadas houve uma grande proliferação no número de cursos de contabilidade no Brasil e, em Alagoas não poderia ter sido diferente, atualmente o Estado possui um total de 18 IES que ofertam graduação em Ciências Contábeis de forma presencial reconhecido pelo MEC e na modalidade de ensino à Distância, dados do E-mec (APUD, BARROS & CAVALCANTE), confirmam que até o ano de 2017 o Estado possuía 16 cursos credenciados, sendo o primeiro curso

aprovado e ofertado pelo Centro Universitário Claretiano (Ceucar) em 01 de fevereiro de 2006.

2.2 IMPORTÂNCIA DO EXAME DE SUFICIÊNCIA PARA O EXERCÍCIO LEGAL DA PROFISSÃO

O sistema do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselho Regional de Contabilidade (CRC) responsável pela emissão de Normas Técnicas (NBCT) e Normas Profissionais (NBCP) que regem o exercício e conduta dos contadores, teve início no ano de 1947 (BARROS & CAVALCANTE, 2018) mas, somente em 1999 teve o exame de suficiência implementado.

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foi instituído no Brasil através da Resolução CFC nº 853/1999 tornando-se requisito para concessão do registro profissional nos referidos Conselhos Regionais de Contabilidade de todos os Estados brasileiros. Este exame tem como objetivo comprovar o nível de conhecimentos necessários ao desempenho das atribuições deferidas ao contabilista, além de ter caráter preventivo e fiscal do exercício da profissão.

A resolução supracitada dispõe que o Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimento mínimo, desenvolvido no curso de bacharelado em Ciências Contábeis. Conforme edital publicado pelo Sistema CFC/CRC o exame será aplicado 2 vezes ao ano, sendo um em cada semestre e para conseguir aprovação o candidato deve acertar no mínimo, 50% das questões constantes do exame.

Sua primeira edição obrigatória foi no segundo semestre de 2000 até 2004 sendo realizadas 10 edições, porém, em meados de 2004 foi suspenso devido à falta de embasamento legal (por ter sido deferido através de Resolução e não por Lei). A Lei nº 12.249/2010 alterou o Artigo 12º dos Decretos-Leis nº 9.295/1946 e 1.040/1969 e regulamentou o retorno da obrigatoriedade do exame de suficiência para atuação da atividade contábil:

Somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo

Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos (BRASIL, Decreto Lei 9295, 1946).

Como órgão normalizador da contabilidade no Brasil, compete ao CFC além de gerar ações para qualificar e agregar confiança aos profissionais, também certificar que os serviços contábeis prestados pelos egressos do curso serão de qualidade e compatíveis com a necessidade do mercado atual, tornando-se também uma ferramenta essencial que proporciona a evolução das IES e das ementas do curso de Ciências Contábeis, possibilitando formação profissional baseada em conhecimentos mais sólidos, conforme disposto nos artigos 2ª e 6ª da Lei nº 12.249/2010:

Art. 2º “[...] a fiscalização do exercício da profissão contábil é responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (...)”.

Art.6º, alínea f, “regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional” (Art. 2ª e 6ª da Lei nº 12.249/2010).

Segundo Oliveira Neto (2009), o exame de suficiência acompanha o mercado com relação aos conhecimentos de contabilidade e assuntos afins, não na mesma proporção, mas com semelhanças de crescimentos e diminuição de exigências de conhecimentos cobrados, ou seja, o exame se adequa aos conhecimentos mínimos exigidos pelo mercado de atuação desses profissionais, o que traz determinada segurança as empresas durante a contratação de um profissional por este está atento às informações atuais de interesse da profissão, que ainda segundo o mesmo autor, estão dentro da realidade de uma economia global.

2.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O ensino superior no Brasil vem passando por consideráveis transformações, as IES precisam inovar continuamente para atender a essas mudanças, preparando discentes capazes de se tornarem profissionais eficientes e resilientes para enfrentar as exigências do mercado.

Na contabilidade, a mensuração do desempenho dos egressos do curso de contabilidade é realizada por meio do exame de suficiência, conforme determinação do CFC na resolução 853/99, que a nível nacional na série analisada de 2011 a 2018, apresentou resultados máximos de aprovação na segunda edição de 2011, com 58,29% dos candidatos inscritos aprovados, enquanto a maior taxa de reprovação foi verificada na segunda edição de 2015, com um total de 85,32% dos inscritos reprovados.

A avaliação é imprescindível para que se possa acompanhar aspectos como a qualidade do ensino superior (conforme defendido pelo Conselho Federal de Contabilidade em seu trabalho intitulado como Exame de Suficiência: Uma Abordagem Histórica elaborado em 2007), reestruturação das ementas das disciplinas que o curso oferta visando qualificar mão de obra confiável e preparada para atender as necessidades do mercado.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) o projeto político pedagógico (PPP) é definido na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) como proposta ou projeto pedagógico que representa mais do que um documento, é um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma, com qualidade educacional, desta forma, entendemos o projeto político pedagógico dos cursos de ciências contábeis como uma garantia de qualidade institucional para preparação de profissionais, onde cada instituição possui liberdade administrativa de compor sua própria estrutura de ensino de qualificação de modo intencional, capaz de fortalecer a identidade da instituição e criar objetivos de aprendizagens.

Sendo mais específico, este documento busca manter três diretrizes dentro das instituições de ensino, sendo elas:

1. **Projeto:** Reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
2. **Político:** Considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade.
3. **Pedagógico:** Define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Durante a formação dos PPP's as IES devem estar atentas aos critérios que estão estabelecido na lei como requisitos mínimos para formação do currículo, conforme descrito a seguir:

O currículo do curso de Ciências Contábeis foi fixado pelo Decreto Lei nº 7988, de 22/09/45. A determinação legal para estabelecer currículos mínimos foi transferida ao Conselho Federal de Educação mediante a Lei nº 4024 de 20/12/61, com o objetivo de maior agilidade nas discussões curriculares e os ajustes necessários (Oliveira Neto, 2009, pág. 05).

Os PPP's dos cursos de ciências contábeis são voltados geralmente para formação de profissionais, visando atender à necessidade das organizações e não apresentam necessariamente técnicas pedagógicas fundamentais para preparação da docência, sendo assim fica claro a necessidade da inserção de disciplinas voltada para esse contexto em cursos de pós-graduação, caso o egresso deseje adentrar no meio acadêmico após sua formação ou da inclusão de disciplinas extracurriculares durante a graduação que atendam a esta possibilidade de futura atuação.

Em 2009 o Conselho Federal de Contabilidade lançou uma proposta curricular para o curso de ciências contábeis, que segundo pesquisa desenvolvida em 2017 e publicada na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (Repec), a proposta procura estudar o desempenho das IES por aderência à proposta curricular:

[...] Os resultados demonstraram baixa aderência à referida proposta, pois apenas alguns grupos de conteúdo, em alguns tipos específicos de instituições, não apresentaram cargas horárias estatisticamente diferentes da proposta. As proximidades ocorreram, na maioria, em instituições públicas do tipo "universidade". Os testes também revelaram que são estas as instituições que possuem, também, as maiores notas no ENADE. (ENADE e Proposta Curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de Ciências Contábeis. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 11(3), 261-275, p. 13.).

Por esta razão esta pesquisa também se atentará em fazer a análise das áreas de composição do exame de suficiência, visto que neste estudo anteriormente citado, os autores também apresentam que o exame de suficiência assim como a proposta curricular apresentam uma grade curricular profissional superior as demais áreas de conhecimento, fazendo com que as instituições que possuam em seu

componente curricular um mesmo perfil de apresentação da carga horária tenham resultados mais satisfatório tanto no exame de suficiência quando na prova do ENADE.

3 METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este estudo monográfico foi realizado através de pesquisa do tipo exploratória de caráter bibliográfico, na qual buscou-se constatar se as hipóteses anteriormente apresentadas podem ser observadas e explicadas, de modo que nos permitam identificar se o que leva a melhores resultados de aprovação no exame de suficiência se trata da adequação da matriz curricular ao exame ou aspectos qualitativos do ensino. A resposta a essas hipóteses será fundamentada a partir de dados quantitativos e artigos publicados.

A pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de um fato (GIL, 1999), neste caso especificamente, no número de aprovações, por outro lado, tendo em vista que a pesquisa será realizada a partir de dados já públicos, ou seja, de material já elaborado, esta pesquisa por sua vez também assume o caráter bibliográfico, que ainda segundo mesmo autor a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado (GIL, 1999).

Tendo como principal material de estudo os números apresentados como resultados nos anos de realização do exame estudados (2011 a 2018) pelo próprio conselho de contabilidade, foi feito inicialmente uma busca no site institucional deste referido conselho em busca das informações desejadas, para posteriormente, com o auxílio do Excel® iniciou-se os levantamentos estatísticos. Consoante a utilização dessas informações também optamos por realizar uma busca na base de dados do *Google* acadêmico, artigos e outras obras que complementam nosso campo de estudo, para que assim fosse possível obter novas perspectivas para a análise.

Para que as informações tivessem caráter relevante, ao selecionar as referências bibliográficas, optou-se por não analisar obras que ultrapassavam 05 (cinco) anos de publicação e priorizaram-se aquelas que avaliassem o mesmo período de estudo ou que fossem publicadas em eventos atuais e de credibilidade. Priorizou-se também trabalhos que apresentavam como palavra-chave o termo “Exame de Suficiência” associada a palavras como “Análise”, “Estudo” e “Aprovações”.

Pelas características das informações colhidas para o estudo, realizou-se uma pesquisa quantitativa com a utilização de dados secundários colhidos em relatórios e artigos, este tipo de dado conforme Marconi e Lakatos (2011) têm como objetivo, gerar resultados em termos de grandeza e quantidade e somente por meio

de exploração podem apresentar informações relevantes ou explicar os fatos conforme pretendido pela pesquisa exploratória.

Valer ressaltar que, mesmo sendo o estudo de caráter quantitativo, fez-se uso de uma avaliação qualitativa, que como mostra GIL (2002), envolve a redução dos dados, a categorização desses dados e sua interpretação para possibilitar a construção do relatório da pesquisa.

Após a coleta das informações para realização do estudo exploratório no qual averiguou-se o comportamento dos dados estudados por meio de informações adquiridas bibliograficamente de caráter secundário e quantitativo, associadas às análises qualitativas para segmentar e conduzir o estudo, faremos aqui uma série de análises verticais e horizontais.

Inicialmente irá ser apresentado o comportamento da aprovação dos estudantes de Alagoas que prestaram o exame de suficiência no período de 2011 a 2018, para na sequência definir o perfil do último ano do período amostral escolhido e, assim, traçar o perfil das instituições de ensino do estado de Alagoas. Como conclusão do estudo será elaborado um ranking das instituições de educação, conforme o percentual de aprovação dos estudantes que foram avaliados nos períodos analisados.

3.1 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para realização das análises deste estudo fez-se uma busca por dados primários apresentados pelo Conselho Federal de Contabilidade a respeito dos resultados obtidos no exame de suficiência de cada semestre entre os anos de 2011 a 2018, estes dados encontram-se disponíveis no próprio site do conselho e tem divulgação semestral, visto que o mesmo realiza-se anualmente em duas datas conforme citamos anteriormente neste trabalho.

Por ter caráter meramente informativo, essas informações semestrais encontram-se disponíveis apenas como métricas (contagens) a respeito dos inscritos, presentes, aprovados e reprovados, não possuindo por sua vez nenhum tipo de análise mais objetiva que apresenta resultados em formas estatísticas. Na realização da análise, optou-se inicialmente, por compilar os dados primários semestrais,

transformando-os em informações anuais com o auxílio do Excell®, que em seguida foram submetidos a análises estatísticas horizontais e verticais, testes de correlações, e projeções de crescimento.

A partir destas análises realizadas, verificou-se o comportamento de algumas relações existentes como, por exemplo, o número de presentes na prova e de aprovações no exame. Os resultados da análise dos dados coletados foram apresentados em forma de gráficos e quadros, utilizados para ilustrar cada uma das situações encontradas.

Destacou-se aqui que não houve nenhum tipo de manipulação que alterasse os dados da pesquisa, sendo estes fiéis aos relatórios coletados junto ao Conselho Federal de Contabilidade com os números exatos divulgados no período.

Além dos dados brutos apresentados pelo Conselho Federal de Contabilidade e considerando que livros voltados para este tipo de análises são escassos e pouco explorados até então, fizemos uma busca bibliográfica por estudos que apresentassem objetivos semelhantes ao aqui pretendidos, mas que nos trouxessem informações também relevantes a serem considerados logo realizamos essa busca por meio do banco de dados do Google Acadêmico e buscamos trabalhos apresentados ou publicados em congressos, revistas e conferências.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E RESULTADO DA PESQUISA

4.1 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

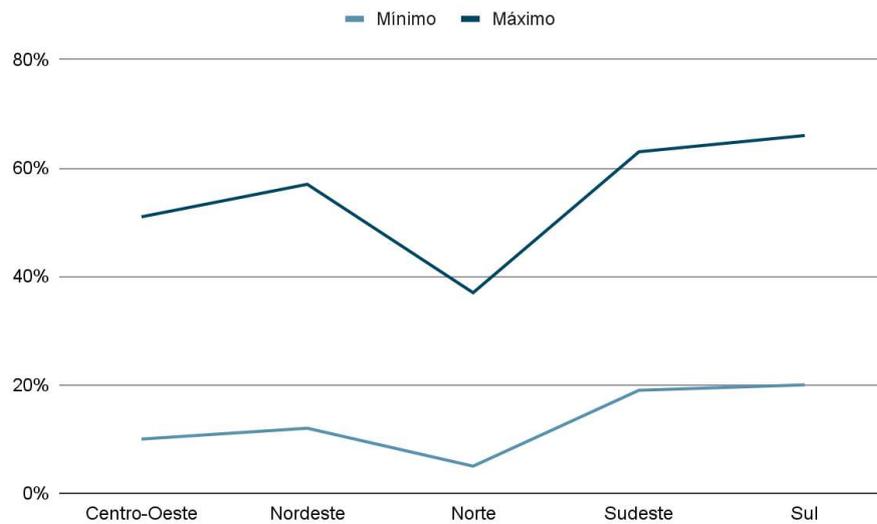
4.1.1 Análise dos Dados por Região - Período de 2011 a 2018.

Diante da busca por parâmetros que aponte a qualidade de ensino das instituições de ensino do estado e o melhor aproveitamento de seus alunos no exame de suficiência, procurou-se identificar inicialmente o desempenho da região geográfica em que Alagoas se encontra para verificar a existência de aproximações nos resultados com outras regiões e desta forma averiguar se a aplicação de um currículo mínimo de ensino exigido por lei e proposto pelo CFC, leva a desempenhos aproximados em todas as regiões do país.

Para tanto, foram utilizados dados de um estudo feito em 2018 pelos autores CARLA LUANA RODRIGUES DA SILVA, GLEISON DE ABREU PONTES E VANESSA RAMOS DA SILVA, apresentado no Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, que analisa os resultados por região no exame de suficiência entre os anos de 2011 a 2018.

Tendo em vista as informações apresentadas no estudo acima citado, o Gráfico 1 demonstra resultados de aprovação das regiões geográficas brasileiras bastante assimétricos que variam de 5% de aprovação, resultado encontrado na região norte do país, até um nível de aprovação de 66%, sendo este o melhor resultado encontrado, obtido pela região sul. Já no nordeste, os valores de aprovação durante os anos de 2011 a 2018 variam entre 12% e 57%, valores próximos ao desempenho das regiões sudeste e sul, as regiões mais desenvolvidas do país.

Gráfico 1: Resultados das Regiões Brasileiras no Exame de Suficiência.



Fonte: Elaborada pelos autores, 2022

O Quadro 1, apresenta os percentuais mínimos, máximos, média e desvio padrão dos resultados do Exame de Suficiência realizados entre os anos de 2011 a 2018 por Regiões. O detalhamento dos dados possibilitou verificar que as variações entre os dados, são bastante semelhantes, mas por outro lado, as médias de aprovação, mesmo com a existência de um currículo mínimo exigível, possuem uma diferença significativa de 24% entre a região norte e a sul.

Obs: Na coluna de “Observações” reforçou-se que foram considerados neste estudo o resultado de 14 semestres em que houve a aplicação da prova.

Quadro 1: Resultados por Região no Exame de Suficiência entre os anos de 2011 a 2018.

Resultados	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Centro-Oeste	14	10%	51%	30%	12%
Nordeste	14	12%	57%	34%	13%
Norte	14	5%	37%	22%	10%
Sudeste	14	19%	63%	43%	14%
Sul	14	20%	66%	46%	15%

Fonte: Elaborada pelos autores.

4.1.2 Desempenho Estadual

Para demonstrar o desempenho das IES de Alagoas, o universo amostral que apresenta o total de alunos aprovados e reprovados no exame de suficiência de 2011 a 2018, organizados no Quadro 2, para comparar os resultados obtidos em percentuais entre as duas variáveis.

Quadro 2: Total de Alunos Aprovados e Reprovados no Exame - Alagoas.

Anos	Aprovados por Semestre						Reprovados por Semestre						Presen tes/ano
	Primeiro	% Aprovaçã o	Segundo	% Aprovaçã o	Total (ano)	% Aprovaçã o/ano	Primeiro	% Reprovaçã o	Segundo	% Reprovaçã o	Total (ano)	% Reprovaçã o/ano	
2011	17	23,9%	59	49,6%	76	40%	54	76,1%	60	50,4%	114	60%	190
2012	91	47,6%	49	16,0%	140	28%	100	52,4%	258	84,0%	358	72%	498
2013	93	28,3%	148	36,0%	241	33%	236	71,7%	263	64,0%	499	67%	740
2014	165	42,9%	115	33,1%	280	38%	220	57,1%	232	66,9%	452	62%	732
2015	212	43,3%	43	9,0%	255	27%	278	56,7%	405	90,4%	683	73%	938
2016	158	34,0%	69	15,6%	227	25%	307	66,0%	373	84,4%	680	75%	907
2017	87	17,0%	103	20,4%	190	19%	425	83,0%	402	79,6%	827	81%	1017
2018	129	26,2%	113	30,1%	242	28%	363	73,8%	263	69,9%	626	72%	868

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisando os dados no Quadro 2 percebe-se que o melhor desempenho ocorreu no ano de 2011 com aprovação de 40% dos inscritos, devido ao resultado obtido no exame de suficiência do segundo semestre que obteve um percentual de aprovação de 49,6%, resultado acima da média estadual. É interessante ressaltar, que, mesmo apresentando uma menor quantidade de alunos (76 inscritos), o ano de 2011, foi o que obteve o melhor resultado na série analisada.

Os anos posteriores, entretanto, com maior quantidade de inscritos dentro da amostra tiveram resultados menos satisfatórios, sendo 2013 e 2014 os anos com melhores percentuais de aprovação e 2016 e 2017 os anos que apresentaram maiores índices de reprovação. No ano de 2018, dos 967 inscritos das 50 (cinquenta) IES investigadas, que tiveram seus alunos submetidos ao exame de suficiência (Ver lista de instituições em anexo), o nível de aprovação do Estado ficou em torno de 28%, média bem abaixo dos resultados máximos obtidos no país pelas regiões sul e sudeste, se mantendo acima apenas do resultado da região norte e abaixo da média da região nordeste de 34%.

O resultado muito abaixo do desejado, revela que, a cada 100 pessoas inscritas no exame, apenas 28 conseguem aprovação, apesar do decréscimo do percentual de reprovação em relação ao ano de 2017. Em nossa análise esses

resultados apurados, coloca em questão a qualidade do ensino no Estado e a capacidade técnica dos profissionais egressos dos cursos de contabilidade.

Entre 2011 e 2018 o exame de suficiência contou com um quantitativo total de 6.374 inscritos¹ (nos 08 anos) conforme pode ser visto no Quadro 3 a seguir. Verificando os dados contidos neste quadro, podemos constatar que os resultados do exame nas IES de Alagoas, seguiram o padrão nacional, apresentando em 2011 o maior número de aprovados quando comparados com a quantidade de inscritos e o menor número de reprovados da séria estudada.

Quadro 3: Análise Horizontal - Alagoas

Ano	Inscritos	Presentes	% Crescimento	Aprovados	%Cresc. Aprovação	Reprovados	%Cresc. Reprovação	Ausentes	%Cresc. Ausentes
2011	208	190	-	76	-	114	-	18	-
2012	329	297	56,3%	140	84,2%	358	214,0%	32	77,8%
2013	801	740	149,2%	241	72,1%	499	39,4%	61	90,6%
2014	833	732	-1,1%	280	16,2%	452	-9,4%	101	65,6%
2015	1050	938	28,1%	255	-8,9%	683	51,1%	112	10,9%
2016	1021	907	-3,3%	227	-11,0%	680	-0,4%	114	1,8%
2017	1165	1017	12,1%	190	-16,3%	827	21,6%	148	29,8%
2018	967	868	-14,7%	242	27,4%	626	-24,3%	99	-33,1%
Total	6374	5689	-	1651	-	4239	-	685	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Seria extremamente relevante para fins de gestão acadêmica, avaliar se a área de ciências contábeis, bem como o seu curso, está sendo mais valorizada profissionalmente e desta forma tem aumentado a demanda de vagas por estudantes ao longo dos anos ou se o número elevado de inscritos no exame se dá pelo aumento de pessoas que realizam o exame de suficiência pela segunda vez (ou tentativa superior a esta), tendo em vista que isso possibilita a instituição acadêmica avaliar se tem se adaptado ao aumento da demanda de novos alunos sem perder a qualidade do seu método de ensino, em razão disso. Por outra perspectiva a avaliação e acompanhamento dos estudantes ainda na graduação, pode por sua vez, trazer

¹ Observamos aqui uma variação entre os dados apresentados no relatório pelo CFC, que consta 1.003 inscritos no relatório que apresenta informações por Estado e 967 de inscritos no relatório que apresenta os dados por Instituição de Ensino Superior – IES. Lembrando que fazemos esta ressalva porque essa diferença de 36 entre os números divulgados, podem influenciar nos resultados do período. A diferença foi verificada apenas no ano de 2018, visto que não avaliamos por instituição os anos anteriores

melhores resultados durante o exame de certificação, já que o presente estudo aponta também que quanto maior o número de alunos que prestaram o exame, maior foi também o nível de reprovação destes, ficando aqui a ressalva para o dilema a muito existente na educação brasileira de Quantidade x Qualidade (avaliemos de modo mais específico essa comparação a nível de instituição mais adiante).

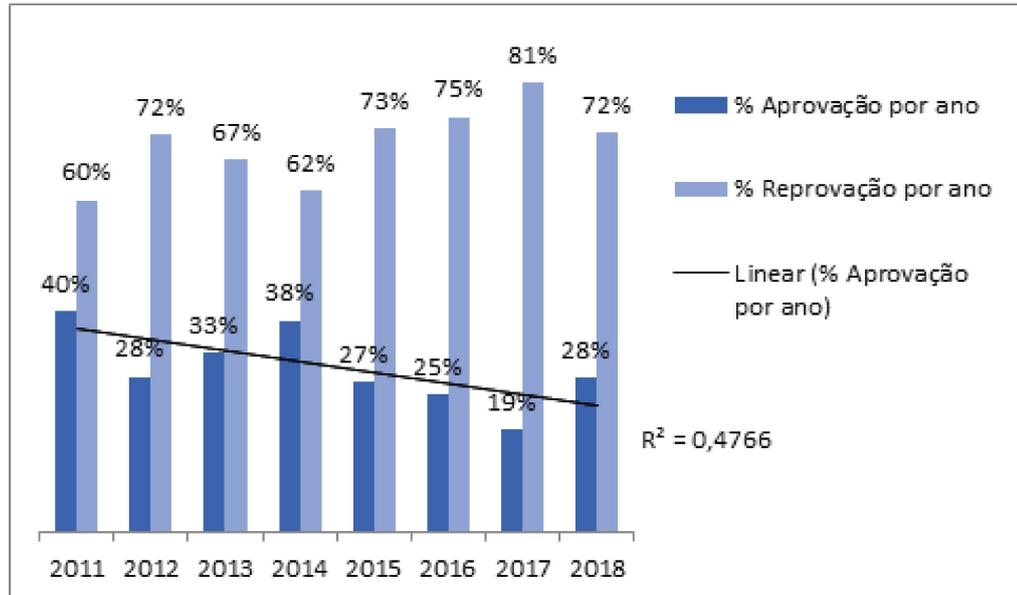
Não se pode, contudo, verificar com precisão se o número de reprovados está diretamente relacionado ao fator de ensino nesta primeira análise devido à ausência da base curricular das IES do Estado e avaliação dirigida dos discentes por área de conhecimento exigida na prova de suficiência.

Podemos ver, por outro lado, no Quadro 3 que, a partir de 2015 os resultados de aprovação caíram, nas proporções de 8,9% em 2015, 11% em 2016 e teve em 2017 uma queda mais brusca de 16,3%, sendo o pior triênio de resultados no exame para o Estado de Alagoas, voltando a um patamar baixo mais positivo em 2018, após três anos de resultados negativos, podendo sugerir que a variação encontrada pode estar além dos aspectos institucionais, tais como a atividade docente, enquanto a análise demonstrou uma taxa negativa de -24% no total de reprovados em 2018.

Ao adicionar estes dados em um gráfico com progressão linear, verificamos que a tendência da série analisada no ano de 2011, mostra uma queda nos resultados de aprovação, todavia, ao aplicamos o coeficiente de determinação para vermos qual o percentual de segurança entre os dados que nos levem a ter a exatidão da tendência para o ano de 2018, constatamos que este coeficiente (R^2) é de 47,66%.

Em outros termos, a análise do coeficiente R^2 dentro do cenário estudado (aprovação e reprovação) nos indica que apenas esse percentual pode ser explicado, isto quer dizer que, devido à grande variação existente na amostra, mais que 50% desses dados não possuem uma relação direta com nenhuma variável, sendo obtidos por situações diversas que não conseguem ser explicados com precisão.

Gráfico 2: Tendência Linear de Aprovação.



Fonte: Elaborada pelos autores.

4.2 DISCUSSÃO E RESULTADO DA ANÁLISE

Para fazer o estudo do desempenho das instituições de ensino superior presente no Estado de Alagoas, considerou-se quatro fatores:

- Os resultados de 2018, por serem dados mais atuais.
- O número de alunos presentes no dia do exame;
- O percentual de aprovação e reprovação;
- Uma análise complementar das três instituições com melhores desempenhos no exame, que tenha um quantitativo de inscritos superior à média de inscritos por instituição no ano de 2018, na qual a média anual foi de 19 inscritos;

Conforme já informado em tópicos anteriores, em 2018, o número de inscritos varia de 01 (um) a 95 (noventa e cinco) alunos para cada IES. A princípio, este dado meramente informativo nos apresenta uma baixa procura pelo exame de suficiência por alunos de determinadas instituições, que pode estar relacionado a turmas com pequeno número de alunos, principalmente em cursos na modalidade EAD ou alta evasão de alunos. A seguir, no Quadro 4, apresenta-se o quantitativo de inscritos por unidade de cada IES do Estado.

Quadro 4: Inscritos por Instituição em 2018.

IES	SIGLA	CIDADE	INSCRITOS
AL - Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste.	SEUNE	MACEIO	95
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	CESMAC	MACEIO	93
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	MACEIO	79
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	ARAPIRACA	69
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES	FITS	MACEIO	59
AL - FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ	FACIMA	MACEIO	58
AL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – UNEAL	UNEAL	ARAPIRACA	55
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	SANTANA DO	55
AL – Outros	OTR	MACEIO	49
AL - FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	FMN MACEIÓ	MACEIO	35
AL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	32
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	UNINASSAU MACEIÓ	MACEIO	30
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	MACEIO	29
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	ARAPIRACA	25
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	PALMEIRA DOS INDIOS	18
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	UNOPAR	ARAPIRACA	17
AL - UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	MACEIO	16
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	ARAPIRACA	15
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	UNINASSAU	MACEIO	15
AL - FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS - ESTÁCIO FAL	ESTÁCIO FAL	MACEIO	14
AL - UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	MACEIO	13
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	MACEIO	13
AL – Outros	OTR	ARAPIRACA	12
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	UNOPAR	MACEIO	12
AL - FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DE MACEIÓ	FAMA	MACEIO	10
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	OLHO D'AGUA DAS FLORES	8
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	PALMEIRA DOS INDIOS	6
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	DELMIRO GOUVEIA	3
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	-	MACEIO	3
AL - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS	IESA	MACEIO	3
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	UNOPAR	OLHO D'AGUA DAS FLORES	3

AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	UNOPAR	PALMEIRA DOS INDIOS	3
AL - UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	UNESA	MACEIO	2
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	CESMAC	ARAPIRACA	1
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	CEUCLAR	MACEIO	1
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	MACEIO	1
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	MARIBONDO	1
AL - FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS - ESTÁCIO FAL	ESTÁCIO FAL	ARAPIRACA	1
AL - FACULDADE ESTÁCIO DE RIO PRETO	ESTÁCIO RIO PRETO	ARAPIRACA	1
AL - FACULDADE MACHADO DE ASSIS	FAMA	MACEIO	1
AL - FACULDADE UNINABUCO MACEIÓ	-	MACEIO	1
AL - FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ	FACIMA	RIO LARGO	1
AL – Outros	OTR	DELMIRO GOUVEIA	1
AL – Outros	OTR	PALMEIRA DOS INDIOS	1
AL – Outros	OTR	UNIAO DOS PALMARES	1
AL - UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS	PALMEIRA DOS INDIOS	1
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	ARAPIRACA	1
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	SAO BRAS	1
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	OLHO D'AGUA DAS FLORES	1
AL - UNIVERSIDADE SANTO AMARO	UNISA	MACEIO	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Considerando que a média de alunos inscritos por instituição para o ano de 2018 foi de 19 alunos, 36 das 50 instituições, não estão dentro dessa média, por esta razão, devido à grande variação que elas proporcionam nos índices, não utilizaremos estas instituições como parâmetro de avaliação no exame pois, pelo baixo número de alunos os resultados tendem a ser muito expressivos, quando na verdade podem não estar dentro da normalidade, ou seja, quanto menor o número de inscritos, menor será a possibilidade de encontrar os fatores determinantes de reprovação ou aprovação da instituição.

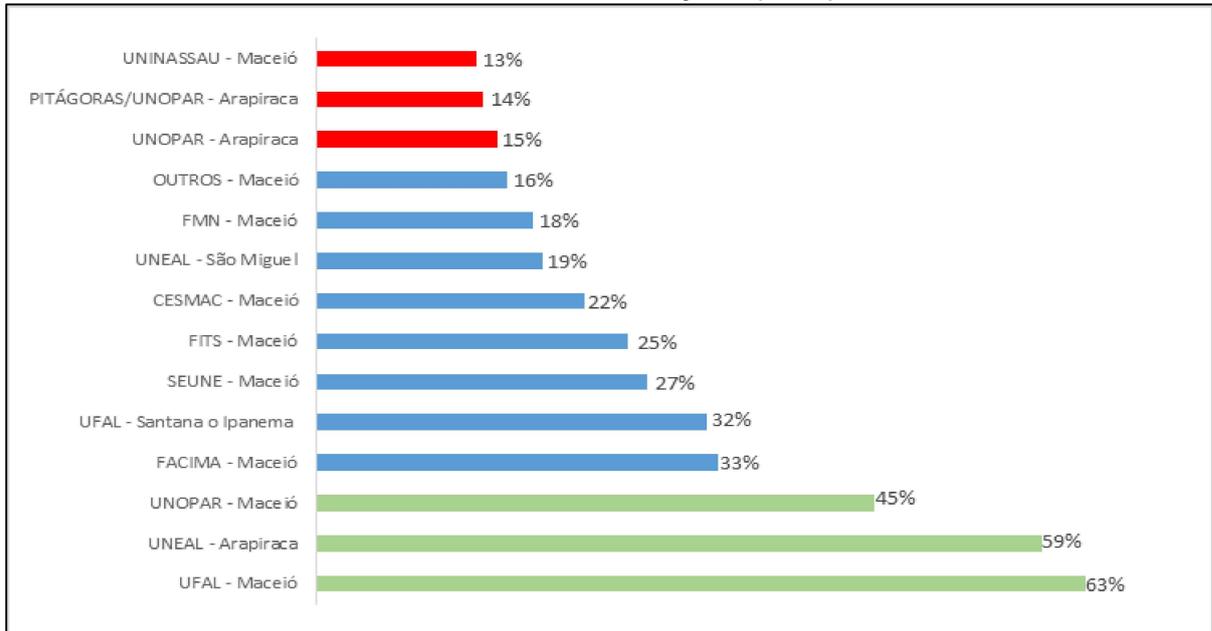
Tomando como base o ano de 2018, verifica-se que do total de IES, apenas 14, das 50 Instituições de Ensino Superior tiveram um número de inscritos dentro da média anual por instituição no Estado, por esta razão, apresenta-se abaixo, quais são os percentuais de aprovação e reprovação de cada uma.

Quadro 5: Instituições de Ensino Superior x Resultados.

IES	Sigla	Cidade	Inscritos	Presentes	Total Aprovados	(%)Aprovados	Total Reprovados	(%)Reprovados	Total Ausentes	(%)Ausentes
AL - FACULDADE DA SEUNE	SEUNE	MACEIO	95	89	24	27%	65	73%	6	6%
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	CESMAC	MACEIO	93	87	19	22%	68	78%	6	6%
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	MACEIO	79	75	47	63%	28	37%	4	5%
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	ARAPIRACA	69	61	9	15%	52	85%	8	12%
AL - CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES	FITS	MACEIO	59	55	14	25%	41	75%	4	7%
AL - FACULDE DA CIDADE DE MACEIÓ	FACIMA	MACEIO	58	52	17	33%	35	67%	6	10%
AL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL	ARAPIRACA	55	49	29	59%	20	41%	6	11%
AL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	SANTANA DO	55	44	14	32%	30	68%	11	20%
AL - Outros	OTR	MACEIO	49	45	7	16%	38	84%	4	8%
AL - FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	FMN MACEIÓ	MACEIO	35	34	6	18%	28	82%	1	3%
AL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL	UNEAL	SAO MIGUEL DOS	32	27	5	19%	22	81%	5	16%
AL - CENTRO UM. MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	UNINASSAU MACEIÓ	MACEIO	30	23	3	13%	20	87%	7	23%
AL - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNOPAR	MACEIO	29	22	10	45%	12	55%	7	24%
AL - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	ARAPIRACA	25	22	3	14%	19	86%	3	12%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Fazendo um *ranking* da aprovação destas instituições de ensino que são relevantes ao estudo, verificamos que a Universidade Federal de Alagoas, campus Maceió, Universidade Estadual de Alagoas, Campus Arapiraca e a Universidade Norte do Paraná, unidade Maceió, foram as IEs que apresentaram os melhores resultados acadêmicos no ano de 2018.

Gráfico 3: Ranking de Aprovação.

Fonte: Elaborada pelos autores.

4.3 CORRELAÇÕES EXISTENTES ENTRE A COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO EXAME DE SUFICIÊNCIA X CARGA HORÁRIA CURRICULAR (CH) DAS IES.

No gráfico 4 (visto no tópico anterior), apresenta-se as instituições com melhor aproveitamento no Estado de Alagoas e para buscar analisar a relação entre a composição da matriz curricular dessas IES com o percentual de aprovação, utilizou-se inicialmente um cálculo de correlação entre os fatores “carga horária das disciplinas ofertadas por cada uma das instituições”, informações que apresentam-se logo abaixo no Quadro 6 e “quantidades de questões por área exigida no exame de suficiência”, para averiguar se dentre as universidades que mais aprovaram alunos no exame existe a relação proporcional entre a proposta pedagógica (Projeto Político Pedagógico – PPP) de ensino com a distribuição de conteúdo na prova.

Quadro 6: Disciplinas Existentes nos Projetos Pedagógicos das IES.

COMPONENTES CURRICULARES	CH/UFAL	CH/UNEAL	CH/UNOPAR
Administração financeira e orçamentária	80	80	120
Análise das demonstrações contábeis 1	80	80	60
Análise das demonstrações contábeis 2	80	40	0
Auditoria privada	80	80	0
Auditoria pública	0	0	0
Comportamento organizacional	40	0	60
Contabilidade básica 1	60	80	60
Contabilidade básica 2	60	80	0
Contabilidade comercial 1	80	80	60
Contabilidade comercial 2	80	120	60
Contabilidade e análise de custos 1	80	80	60
Contabilidade e análise de custos 2	80	120	0
Contabilidade gerencial	80	160	0
Contabilidade governamental	80	120	0
Controladoria	80	40	60
Direito Administrativo	40	0	0
Direito do trabalho	80	80	60
Direito empresarial	80	40	40
Direito tributário	80	40	60
Estatística 1	60	80	60
Estatística 2	60	0	0

Instituição de direito público e privado	60	80	0
Introdução a economia 1	60	80	60
Introdução a economia 2	60	0	0
Introdução as ciências sociais	60	80	60
Laboratório contábil 1	80	80	90
Laboratório contábil 2	80	80	90
Matemática 1	60	80	0
Matemática 2	60	0	0
Matemática financeira	80	80	60
Metodologia científica	60	80	60
Normas da profissão contábil	80	80	60
Orçamento e gestão pública	80	0	60
Perícia contábil	80	120	60
Planejamento tributário	80	80	60
Português instrumental	60	80	0
Seminário integrador 1	20	80	0
Seminário integrador 2	40	0	0
Tecnologia da informação	80	80	60
Teoria da contabilidade	80	80	60
Teoria geral da administração 1	60	80	60
Teoria geral da administração 2	60	0	0
ED - Empregabilidade	0	0	40
ED - Desenvolvimento de carreira	0	0	40
Contabilidade do agronegócio	0	0	60
ED - Empreendedorismo	0	0	40
Estrutura das demonstrações contábeis	0	0	60
ED - Construindo uma carreira de sucesso	0	0	40
Raciocínio lógico matemático	0	0	60
ED - Educação ambiental	0	0	40
Contabilidade do terceiro setor	0	0	60
Noções de atuária	0	40	60
Gestão de projetos	0	0	60
ED - Políticas públicas	0	0	40
Optativa	0	0	60
ED - Democracia, ética e cidadania.	0	0	40
Contabilidade social e ambiental	0	0	60
Contabilidade de sociedades de capital aberto	0	0	60
ED - Projeto de vida	0	0	40
Introdução à Psicologia	0	80	0
Filosofia	0	80	0
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.820	2.920	2.460

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por se tratar de uma prova realizada duas vezes por ano e que pode ter sua estrutura de composição alterada, utilizamos aqui como parâmetro de avaliação os dados da prova do 2º (segundo) semestre de 2018, visto que é a prova mais recente do ano escolhido neste estudo como referência, levando a uma maior aproximação com a atual estrutura realizada. Durante o exame de suficiência descrito pelo CFC como “prova 2018.2” o caderno de questões foi elaborado conforme apresentado na Quadro 7 a seguir:

Quadro 7: Distribuição de questões no caderno de provas do exame de suficiência de 2018.2.

Áreas de Composição do Exame	Nº Questões	%
Contabilidade geral	17	0,34
Contabilidade de custos	4	0,08
Contabilidade aplicada ao setor público	3	0,06
Contabilidade gerencial	2	0,04
Controladoria	1	0,02
Noções de direito e legislação aplicada	3	0,06
Matemática financeira e estatística	2	0,04
Teoria da contabilidade	4	0,08
Legislação e ética profissional	4	0,08
Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade	4	0,08
Auditoria contábil	2	0,04
Perícia contábil	2	0,04
Língua portuguesa aplicada	2	0,04

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao todo a prova possui 50 questões das quais 17 (34%) se trata de contabilidade geral sendo, portanto, uma área de maior relevância para a aprovação no exame, enquanto as demais áreas específicas de conhecimento possuem de 1(2%) a 4 (8%) questões.

Fazendo a mesma análise com o Projeto Político Pedagógico dos cursos de ciências contábeis das IES com melhores resultados no ano de 2018 e verificando assim o percentual de horas dispostas para apresentação de conteúdos em cada uma destas áreas, obtivemos os seguintes resultados conforme pode ser visto no Quadro 8: Carga Horária das IES em Atendimento das Áreas do Exame de Suficiência.

Quadro 8: Carga Horária das IES em Atendimento das Áreas do Exame de Suficiência.

Áreas de Composição do Exame	%	UFAL	UFAL %	UNEAL	UNEAL %	UNOPAR	UNOPAR %
Contabilidade geral	34,0%	360	16,7%	400	18,2%	570	35,6%
Contabilidade de custos	8,0%	240	11,1%	280	12,7%	150	9,4%
Cont. aplicada ao setor público	6,0%	160	7,4%	120	5,5%	60	3,8%
Contabilidade gerencial	4,0%	240	11,1%	280	12,7%	60	3,8%
Controladoria	2,0%	80	3,7%	40	1,8%	60	3,8%
Noções de direito e legislação aplicada	6,0%	340	15,7%	240	10,9%	160	10,0%
Matemática financeira e estatística	4,0%	280	13,0%	280	12,7%	300	18,8%
Teoria da contabilidade	8,0%	80	3,7%	80	3,6%	60	3,8%
Legislação e ética profissional	8,0%	80	3,7%	80	3,6%	60	3,8%
Princípios de cont. e normas brasileiras de contabilidade	8,0%	80	3,7%	120	5,5%	60	3,8%
Auditoria contábil	4,0%	80	3,7%	80	3,6%	0	0,0%
Perícia contábil	4,0%	80	3,7%	120	5,5%	60	3,8%
Língua portuguesa aplicada	4,0%	60	2,8%	80	3,6%	0	0,0%
TOTAIS	100%	2.160	100%	2.200	100%	1.600	100%

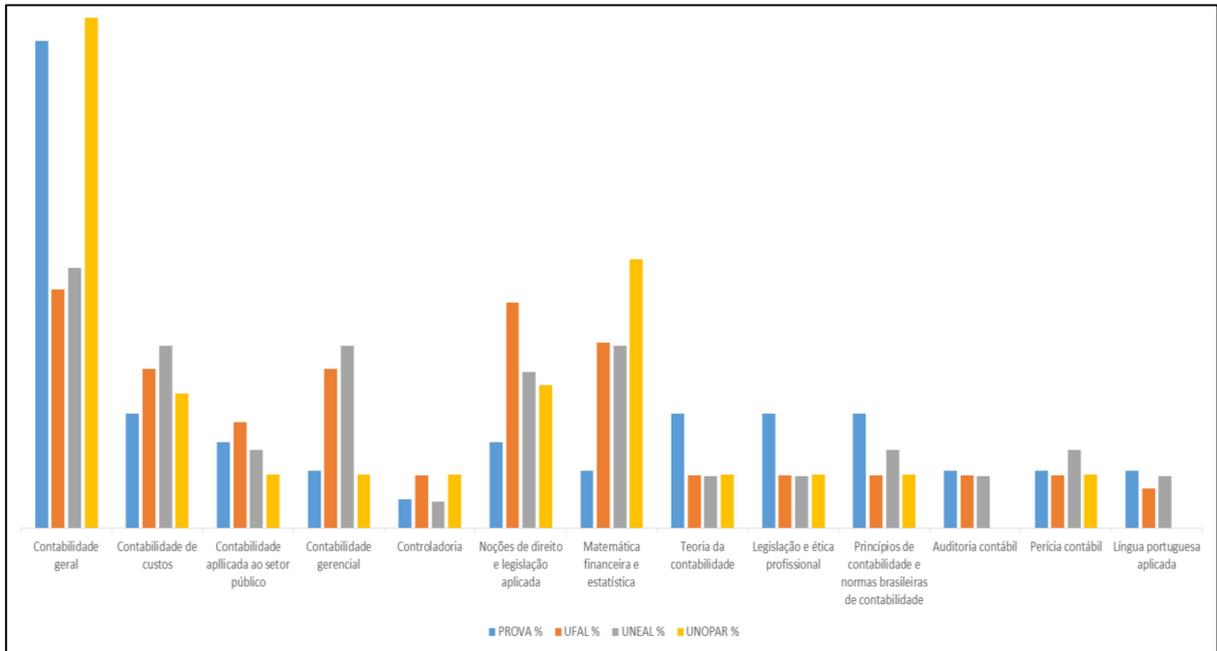
Fonte: Elaborada pelos autores.

Analizou-se de modo estatístico a relação existente entre as duas variáveis propostas neste tópico da pesquisa, fazendo-se a verificação dos índices de correlação entre os fatores, percebendo que a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) possui índice de correlação de 0,481, a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) de 0,576, enquanto que a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) apresenta um índice percentual de 0,825, isto nos leva a concluir que a UNOPAR possui a grade curricular que melhor dispõe de horas para ministrar os conteúdos necessários a um melhor aproveitamento no exame de suficiência, uma aproximação da carga horária de ensino por área de conhecimento com uma assertiva de 82,5%, se considerado o número de questões por área de conhecimento que são cobradas no exame de suficiência e a proporção no número de horas que estas instituições de ensino possuem em sua carga horária curricular.

Avaliando os índices de modo individual, por área de composição da prova, verifica-se que o índice de correlação da UNOPAR pode ser facilmente confirmado, visto que seus valores de proporção da carga horária das disciplinas são os mais

próximos dos percentuais apresentados na prova (veja aproximação entre a proporção da carga horária por área exigida no gráfico 4.

Gráfico 4: Comparativo entre as proporções de questões no exame 2018.2 e Carga horária das IES



Fonte: Elaborada pelos autores.

4.4 RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE COMPOSIÇÃO CURRICULAR E APROVAÇÃO

Diante do compromisso de averiguar as hipóteses levantadas durante o planejamento deste estudo, realizou-se abaixo a comparação entre o coeficiente de correlação e o percentual de aprovação e notamos que as instituições de ensino com uma grade curricular acadêmica mais ajustada a proporção de abordagens de conteúdos no exame de suficiência não tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico, sendo essa conclusão contrária hipótese 01 formulada.

Ao descartarmos a hipótese 01, reforça-se a hipótese 02 de que não há como alegar que os aspectos contidos na matriz curricular do curso são circunstâncias essenciais para confirmar que a instituição de ensino tem capacidade técnica suficiente para conduzir o aluno a aprovação no exame do conselho de classe, visto que, aspectos qualitativos como metodologia de ensino do docente e engajamento do

aluno com o curso (horas de estudos, desempenho individual extra classe) são fatores qualitativos extrínsecos à performance da instituição.

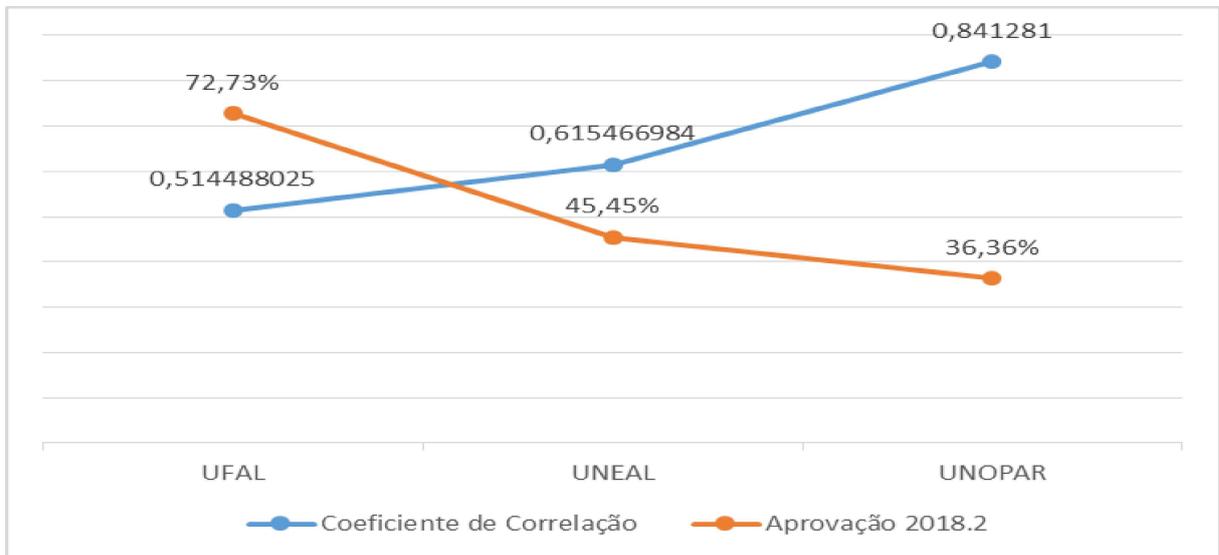
Quadro 9: Relação existente entre composição curricular e aprovação.

	UFAL	UNEAL	UNOPAR
Coeficiente de Correlação	0,514488025	0,615466984	0,841281
Aprovação 2018.2	72,73%	45,45%	36,36%

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Quadro 9, demonstra que a instituição com melhor correlação tem resultado oposto em relação ao percentual de aprovação, tendo o menor índice entre as instituições, o mesmo pode ser visto em relação à dependência da correlação da pior matriz curricular, apresentada pela UFAL, que por sua vez é a instituição com melhor rendimento de aprovação do Estado. Ao projetarmos estes dados, obteve-se a visualização gráfica desta relação considerada inversamente proporcional (ver gráfico 5).

Gráfico 5: Correlação da grade curricular x Percentual de aprovação.



Fonte: Elaborada pelos autores.

O gráfico 5, revela o que a distância entre os índices demonstra que não existe uma relação confiável entre estes fatores para determinar o desempenho das IES.

Destacou-se também que a instituição com melhor desempenho (UFAL), possui uma grade curricular com carga horária expressiva de conteúdos básicos que

destoa por sua vez da proposta curricular emitida pelo CFC, o que pode resultar em números menores de aprovação, já que conforme estudos apresentados no tópico 2.3: Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, quanto maior a carga horária voltada para conteúdos profissionais melhores os resultados no exame de suficiência, por este ter em sua estrutura uma maior gama de questões com vistas à atuação profissional, trazendo situações práticas aplicadas a rotina de trabalho.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre os dados coletados no site do CFC e das instituições acadêmicas, objeto deste estudo, permitiu apresentar as seguintes conclusões:

1. A média de aprovação anual obtida de 2011 a 2018 é de 207 alunos aprovados por ano no estado, para um total de 737 alunos presentes no exame, o equivalente a 28,09% aproximadamente.
2. A medida que a demanda pela realização do exame de suficiência é ampliada, maiores são os números de reprovação, isto porque a variação dar-se-á por fatores diversos voltados para a preparação pessoal do aluno, como por exemplo dedicação aos estudos e qualidade do material utilizado durante toda graduação, visto que uma das três instituições com melhores resultados tem a graduação em modalidade EAD.
3. No Estado de Alagoas existem IES que estão acima da média estadual que é de 28% no período, um dado ainda bastante longe da realidade desejada, visto que apenas 5 (cinco) IES atendem essa média. Sendo inferior também a média por região geográfica (nordeste).
4. O estudo revela ainda, que além dos aspectos qualitativos de dedicação do aluno, a atuação da instituição acadêmica também passa a ser um fator relevante para contribuir no crescimento do número de aprovados, já que as atividades docentes devem estimular um maior engajamento do aluno na graduação. Faz-se a ressalva aqui de que os componentes presentes no Projeto Político Pedagógico do curso de ciências contábeis, em termos de horas aulas disponíveis, não apresentam em suma, segurança em relação a aprovação no exame de suficiência, requerendo qualidade do ensino e não apenas a adesão da proposta curricular fornecida em 2017 pelo CFC com base na adequação profissional, estando diretamente colocada em termos quantitativos na prova do exame de suficiência.
5. O Projeto Político pedagógico que tem maior relação com as áreas de composição do exame de suficiência possui relação inversamente proporcional nos resultados de aprovação, quando avaliadas as três instituições de ensino.

6. A Universidade Federal de Alagoas - UFAL, sendo a instituição que apresenta melhores resultados no exame de suficiência no Estado de Alagoas possui em sua grade curricular uma grande quantidade de horas dedicadas a conhecimentos básicos e gerais, o que por sua vez pode interferir nos resultados de aprovação no exame de suficiência. Dentre as três instituições de melhor aproveitamento a UFAL foi a que apresentou menor coeficiente de correlação, entre a carga horária das disciplinas e áreas de conhecimento no exame, sendo este de 51,44, que em termos práticos nos aponta que a cada 100 horas/aula, aproximadamente 51 horas e meia são de conteúdos práticos que preparam o aluno para a prestação do exame.
7. No ano de 2011 apresentou-se a menor quantidade de alunos na realização do exame, porém, foi o que obteve o melhor resultado de aprovações, o que mostra que a quantidade de alunos presentes nem sempre traz os melhores resultados de aprovações. Este fator também pode ser notado quando avaliamos as universidades ofertantes do curso em nosso estado em 2018, conforme mostra o caso da Faculdade da SEUNE e do Centro Universitário CESMAC, ambas com cursos presenciais, que mesmo apresentando um maior número de inscritos, tiveram níveis de aprovação abaixo de 28%, enquanto que a Universidade Pitágoras – UNOPAR, campus Maceió, atuante na modalidade EAD, com apenas 29 inscritos, conseguiu um percentual de aprovação de 45%, sendo o terceiro melhor resultado no Estado e o único na modalidade EAD.

Existe, portanto, uma infinidade de fatores que pode interferir nos resultados apresentados das IES do estado de Alagoas, entre os quais podemos destacar:

- Dedicção pessoal do aluno ao curso, cumprindo com suas funções de estudante;
- Adequação e foco do projeto pedagógico aos assuntos mais cobrados nos referidos exames;
- Preparação acadêmica dos professores nas técnicas pedagógicas de ensino;
- Disponibilização de acervo atualizado para pesquisa dos discentes;
- Existência de atividades práticas em sala de aula;

- Motivação para se preparar para um mercado de trabalho cada vez mais restritivo.

Por último, para confirmar ou anular as hipóteses estabelecidas neste estudo, concluímos pela anulação da hipótese 1, que tinha como propósito confirmar que as instituições de ensino com uma grade curricular acadêmica mais ajustada a proporção de abordagens de conteúdos no exame de suficiência, tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico e como vimos entre as três instituições que fizeram parte do estudo, a UFAL foi a IES a que teve o maior índice de aprovação mesmo apresentando um menor índice de correlação entre as disciplinas ofertadas (quantidade de horas na matriz curricular) e áreas de conhecimento cobradas no exame (proporção exigida de questões no exame de suficiência).

O estudo por sua vez confirmou a hipótese 02, ao atestar que não há como alegar que os aspectos contidos na matriz curricular do curso são circunstâncias essenciais para confirmar que a instituição de ensino tem capacidade técnica suficiente para conduzir o aluno a aprovação no exame do conselho de classe, visto que, aspectos qualitativos como metodologia de ensino do docente e engajamento do aluno com o curso (horas de estudos, desempenho individual extra classe) são fatores qualitativos extrínsecos a performance da instituição.

Nesse contexto, destaca-se aqui que os fatores da composição curricular como Estágio Supervisionado, participação em extensões, programa de iniciação científica e eventos não foram considerados neste estudo, bem como a carga horária voltada para apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Com base na análise realizada sobre os resultados do exame de suficiência, foram extraídos alguns índices que certamente irão subsidiar as IE de Alagoas com informações relevantes sobre o grau de conhecimento dos alunos e também fornecerão informações relevantes a sociedade, como por exemplo, ajudar as pessoas que estão interessadas em ingressar nesta área acadêmica a decidir qual instituição seja ela pública ou privada, oferece melhor metodologia de ensino, sendo está analisada pelo critério de alto grau de aprovação os alunos no exame de suficiência.

Finaliza-se essa pesquisa, sugerindo que outros estudos possam ser realizados, ampliando a série analisada até o ano de 2021 ou 2022, e, que, esse estudo possa se estender as demais Instituições Públicas e Privadas de outras unidades federativas brasileiras a fim de comparar os resultados, por região, ou por tipo de Instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. *Diário oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 22 de set. de 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17988.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%207.988%20DE,de%20ci%C3%A2ncias%20cont%C3%A1beis%20e%20atuariais.&text=Art.,1. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. Decreto n.9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 27 mai. 1946. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei1249.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Decreto n.20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, RJ, 30 de jun. de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. Dia de discussão do projeto pedagógico. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental e Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf. Acesso em: 04 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Exame de suficiência: uma abordagem histórica*. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: http://rebacc.crcrj.org.br/bitstream/123456789/2459/1/Codigo_5869.pdf. Acesso em: 04 mai. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, N. O que é o projeto político-pedagógico (PPP). *Nova escola gestão*. São Paulo, 01 dez. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 04 mai. 2020.

MARTINS, C. M. F. *et al.* O desempenho do estado de Minas Gerais no sétimo Exame de Suficiência do CFC-março/2003. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, ed. especial. v. 14, p. 81-102, nov. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197018194011.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

MATTES, C. S; DALONGARO, R. C; WESZ, L. F. P. A história da contabilidade e seus aspectos contemporâneos: uma contribuição teórica ao profissional da atualidade. *RICADI*, Vol. 04, Jan./Jul. 2018. Disponível em: <http://urisaoluiz.com.br/site/wp->

